

# **Estatuto do Magistério: uma revisão da produção acadêmica acerca dos planos de carreira na educação pública brasileira**

*Jessé BARRETO<sup>1</sup>*  
*Eric Ferdinando PASSONE<sup>2</sup>*

## **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo fazer uma revisão bibliográfica acerca da temática Estatuto do Magistério com foco nos fundamentos da educação democrática e da valorização dos profissionais da educação. A partir do Portal de Periódicos da CAPES, Scielo e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações foram analisadas 42 produções (artigos, dissertações e teses) sobre a temática, buscando responder as seguintes questões norteadoras: como o Estatuto do Magistério pode favorecer para que a educação seja democrática? Quais as proposições que sinalizam a valorização do magistério nos documentos oficiais? Os Estatutos do Magistério podem fomentar a melhoria na qualidade da educação? A leitura na íntegra dessas produções, com base na análise de conteúdo de Bardin (2016), possibilitou a criação de três grandes categorias, a saber: Educação Democrática, Valorização dos Profissionais da Educação e Melhoria da Qualidade do Ensino. O resultado da pesquisa aponta a necessidade do reconhecimento dos servidores da educação básica pública por meio de planos de carreiras consistentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Democrática. Melhoria da Qualidade do Ensino. Plano de Carreira. Valorização do Profissional da Educação.

---

<sup>1</sup> Mestre em Formação de Gestores Educacionais. Universidade Cidade de São Paulo - UNICID. <https://orcid.org/0000-0002-6236-3611> E-mail: jesse.barreto@outlook.com

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela UNICAMP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade da Cidade de São Paulo e Pesquisador Associado ao Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade de Campinas. <https://orcid.org/0000-0002-0305-6734> E-mail: eric.passone@unicid.edu.br

## **Statute of Teaching: A review of academic production about career plans in the Brazilian public education**

*Jessé BARRETO*  
*Eric Ferdinando PASSONE*

### **ABSTRACT**

The present article conducts a literature review on the Statute of Teaching with a focus on the foundations of democratic education and the appreciation of education professionals. From CAPES Journal Portal, Scielo, and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations, 42 works (articles, dissertations, and theses) on the topic were analyzed to answer the following guiding questions: How can the Statute of Teaching contribute to ensuring democratic education? What propositions in official documents point to the appreciation of teachers? Can the Statutes of Teaching foster improvements in the quality of education? A full reading of these works, using Bardin's content analysis (2016), enabled the creation of three major categories, namely: Democratic Education, Appreciation of Education Professionals, and Improvement of Teaching Quality. The research results highlight the need for the recognition of public basic education professionals through consistent career plans.

**KEYWORDS:** Democratic Education. Improving the Quality of Education. Career Path. Valuing the Education Professional.

# **Estatuto Docente: Uma revisão de la producción académica sobre los planes de carrera en la educación pública brasileña**

*Jessé BARRETO*  
*Eric Ferdinando PASSONE*

## **RESUMEN**

Estatuto del Magisterio con un enfoque en los fundamentos de la educación democrática y la valorización de los profesionales de la educación. A partir del Portal de Revistas de CAPES, Scielo y la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones, se analizaron 42 trabajos (artículos, disertaciones y tesis) sobre el tema para responder las siguientes preguntas orientadoras: ¿Cómo puede el Estatuto del Magisterio contribuir a garantizar una educación democrática? ¿Qué propuestas en los documentos oficiales apuntan a la valorización de los docentes? ¿Pueden los Estatutos del Magisterio fomentar mejoras en la calidad de la educación?

La lectura completa de estos trabajos, utilizando el análisis de contenido de Bardin (2016), permitió la creación de tres grandes categorías, a saber: Educación Democrática, Valorización de los Profesionales de la Educación y Mejora de la Calidad de la Enseñanza. Los resultados de la investigación resaltan la necesidad del reconocimiento de los profesionales de la educación básica pública a través de planes de carrera consistentes.

**PALABRAS CLAVE:** Educación democrática. Mejora la calidad de la educación. Plano de Carrera. Valoración del profesional de la educación.

## Introdução

Este artigo integra a pesquisa de Mestrado em Formação de Gestores Educacionais da Universidade da Cidade de São Paulo, UNICID, em que foi realizado um estudo comparativo acerca dos Estatutos do Magistério das cidades de Mauá, São Paulo e São Roque, com o objetivo de identificar as proposições de educação democrática e a valorização dos profissionais da educação como uma variável do resultado da melhoria da qualidade do ensino.

Paralelamente, realizou-se um recorte histórico da legislação educacional brasileira, durante o período republicano, considerando a fonte das informações nas literaturas realizadas no período das últimas duas décadas. De acordo com a investigação, tem-se notado que o tema “Estatuto do Magistério” é um assunto com poucas referências bibliográficas e merece um aprofundamento nos estudos que abordam a temática em questão para ampliar dados teóricos mais detalhados e despertar o interesse de outros pesquisadores para a produção científica.

Todos os materiais pesquisados focam o tema de investigação o Estatuto do Magistério das redes de ensino específicas, embora ao aprofundar o conteúdo, notou-se que o foco das pesquisas estava concentrado na discussão de temas como: avaliação educacional, currículo, financiamento da educação, formação docente, remuneração e valorização docente. Cabe ressaltar que este estudo segue o viés da valorização do profissional do magistério.

Durante a análise desses artigos, dissertações e teses, evidencia-se que nenhuma das pesquisas dedicaram um capítulo para, exclusivamente, especificar o que é o Estatuto do Magistério, nem tampouco os artigos trazem pormenores a definição detalhada sobre este assunto em particular. Outro ponto de destaque é que a maioria dos artigos, dissertações e teses tratam da valorização e formação docente como o foco na discussão de políticas públicas para elaboração de diretrizes legais para a educação, mas os outros profissionais que também são relevantes para dar apoio ou assessoria à educação não são citados nestes documentos.

Tendo por base a comparação entre as pesquisas sobre os Estatutos do Magistério, este artigo foi fundamentado na categorização de Bardin (2016) e agrupado em três eixos: Educação Democrática, Valorização do Profissional da Educação e Melhoria da Qualidade do Ensino. Dentre as obras e autores pesquisados, foi feito um conjunto de acordo com a pertinência dos assuntos abordados nestes três eixos:

- **Educação Democrática** (são os autores que contribuíram para especificar a definição e o processo de educação democrática): AREDES, VIEIRA (2002); GATTI e BARRETTO

(2009); GOUVEIA (2011); FIGUEIREDO (2014); DUTRA, FRANCO, MOMMA-BARDELA e PASSONE (2015); JESUS (2018); LEITE (2017); MACHADO, TREIN e GIL (2015); THOMAZINI (2016);

- **Valorização do Profissional da Educação** (pesquisadores que tratam da questão da valorização dos profissionais da educação, especificamente o pessoal do magistério): CAMPOS (1990); CAÇÃO (2001); GURGEL (2006); GUTIERRES (2011); GEMAQUE, RODRIGUEZ (2012); ARELARO, CAMARGO, LANÇA, NASCIMENTO ET AL (2014); GROCHOSKA (2015); VALLE (2016); PAULI (2017); FLORES, GUIMARÃES, RIBEIRO JUNIOR (2018) e SOUZA (2019);
- **Melhoria da Qualidade do Ensino** (neste eixo destacam-se os autores que comentam sobre a melhoria da qualidade do ensino): OKRENT (1998); PIMENTEL, ROCHA, SILVA (2009); SALES (2012); BERTOTTI, BRITO (2013); PALUDETTO, SIMÕES (2014); GROCHOSKA (2015); NASCIMENTO (2019); MANARIN (2020).

Esta pesquisa foi realizada no Portal de Periódicos da CAPES, Scielo e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Na dissertação original, este estudo teve como foco principal a comparação entre os Estatutos do Magistério das cidades de Mauá, São Paulo e São Roque, mas esta revisão bibliográfica apresentará os documentos encontrados e filtrados no decurso da citada revisão literária.

## METODOLOGIA

A partir da pesquisa e análise dos documentos disponibilizados nas plataformas digitais na área da educação, foram consultados, por meio das palavras-chave (Estatuto do Magistério, Educação Democrática, Valorização do Profissional da Educação e Melhoria da Qualidade do Ensino) produções acadêmicas com a temática relativa ao Estatuto do Magistério.

O contato inicial com esses documentos da pesquisa correlata é denominado por Bardin (2016) de “leitura flutuante”, pois é nessa fase da investigação que são elaboradas as hipóteses e os objetivos da pesquisa. Sendo assim, este estudo se baseou na categorização proposta por Bardin (2016) que afirma que no momento da exploração do material, codificam-se os dados, processo pelo qual os dados são transformados sistematicamente e agregados em unidades.

Essa leitura flutuante pode ser exemplificada com o fato do primeiro contato que foi estabelecido com os documentos oficiais (o Estatuto do Magistério) que foram submetidos à análise; a escolha deles (especificamente dos municípios de Mauá, São Paulo e São Roque), a formulação da

Estatuto do Magistério:  
uma revisão da produção acadêmica acerca dos planos de carreira na educação pública brasileira hipótese e objetivos (a revisão de literatura), a elaboração dos indicativos (eixos de pesquisa) e a preparação formal do trabalho acadêmico.

Desse modo, os aspectos metodológicos dessa pesquisa correspondem à abordagem da análise documental dos Estatutos do Magistério das cidades estudadas numa perspectiva de comparação entre as proposições da lei, com enfoque na identificação de indicativos de educação democrática e variáveis da consequente valorização dos profissionais da educação.

Essa pesquisa é qualitativa e por meio das entrevistas, foi relacionado o que de fato se aproxima ou se distancia do que se denomina educação democrática, dentro dos Estatutos do Magistério investigados. A análise e comparação dos documentos legais com as entrevistas, convergem para a identificação de indicativos de educação democrática na verificação do resultado das deliberações instrumentalizadas pelas políticas públicas em educação. Acerca da análise e comparação documental, Bardin (2016) reafirma que

Podemos defini-la como uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência. Enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, a análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação. (Bardin, 2016, p. 45).

Diante do exposto, concorda-se com a definição de análise documental em Bardin (2016), pois ao investigar e correlacionar os Estatutos do Magistério, constatou-se que o conteúdo da normativa pode apresentar indicativos de educação democrática de uma forma interpretativa ambígua ou diferente da original desde a elaboração, implementação e execução do que está proposto na legislação educacional.

## **O Estatuto do Magistério: contextualização**

O Estatuto do Magistério é, indubitavelmente, o documento legal mais relevante dentro da área da educação, que orienta todos os profissionais da educação em relação aos seus benefícios, direitos, deveres e o planejamento de toda uma carreira laboral. É por meio do Estatuto do Magistério que todas as carreiras da educação são estruturadas e organizadas.

Estudar e conhecer os planos de carreira dos profissionais da educação abre um leque de oportunidades para todo o profissional que almeja prosseguir não só na carreira do magistério, mas também nas outras carreiras que fazem parte dos profissionais de apoio ou de suporte à educação. De acordo com Gemaque e colaboradores (2012):

O Estatuto seria uma lei mais geral e trataria, portanto, de questões mais amplas como investidura na carreira, deveres e responsabilidades do profissional, formas de exercício carreira, tais como: progressão funcional e evolução da remuneração do profissional do magistério (Gemaque et al., 2012).

Pode-se afirmar que o Estatuto do Magistério representa o guia de orientações normativas no qual os servidores públicos podem e devem se orientar para que possam assegurar o conhecimento e a prática de seus benefícios, deveres, direitos e vantagens pecuniárias. É muito relevante que todo funcionário público tenha plena ciência desse manual para consultas, encaminhamentos e procedimentos acerca da sua vida funcional. No Estatuto consta as responsabilidades da categoria para efetivação das políticas públicas de investimentos nos planos de carreira da educação.

Desse modo, a presente revisão de literatura fundamenta-se na ideia de que é imprescindível a todo servidor na educação conhecer e entender o que é o Estatuto do Magistério, tanto para quem atua quanto para quem pretende ingressar na área da educação. Assim, esta revisão permite o conhecimento acerca de leis que circunscrevem as diretrizes para educação nacional, orientando os profissionais da educação que atuam nas diversas escolas que integram sistemas e redes de ensino do nosso país.

A revisão bibliográfica acerca da temática “Estatuto do Magistério” contribui para conhecer os primeiros planos de carreira no Brasil, como o Estatuto do Magistério do Estado do Rio Grande do Sul, promulgado em 1954. De acordo com Flores (2018):

A Lei nº 2.338, promulgada em janeiro de 1954, é resultado de dois anos e três meses de tramitação desde que o Projeto de Lei foi protocolado na Assembleia Legislativa, em 15 de outubro de 1951, a partir de iniciativa do Poder Executivo (no período, sob gestão do Partido Trabalhista Brasileiro, na figura de Ernesto Dornelles, governador do estado entre 1951 e 1954). O Estatuto do Magistério Público Estadual do Rio Grande do Sul de 1954 foi o primeiro destinado exclusivamente aos professores estaduais sul-rio-grandenses e proposto num período em que outras categorias profissionais eram contempladas com estatutos próprios (Flores, 2018, p.57).

A partir do levantamento bibliográfico foi possível traçar um cenário acerca dos primeiros Estatuto do Magistério no Brasil, configurando os anos de promulgação dos mesmos pelos estados brasileiros. De modo complementar, a pesquisa foi feita nos sites oficiais dos governos estaduais por meio do Diário Oficial e pela ferramenta de busca do Google.

Na tabela abaixo observa-se as leis e a data de implementação de cada plano de carreira do magistério nos diversos estados do Brasil.

Estatuto do Magistério:  
uma revisão da produção acadêmica acerca dos planos de carreira na educação pública brasileira

**Tabela 1.** Estatuto do Magistério dos Estados Brasileiros

Estado	Lei	Ano
Acre	Lei Complementar nº 67/1999	1999
Alagoas	Lei nº 6.197/2000	2000
Amapá	Lei nº 0949/05	2005
Amazonas	Lei Ordinária nº 3.951/2013	2013
Bahia	Lei nº 8.261/02	2002
Ceará	Lei nº 12.066/93	1993
Distrito Federal	Lei nº 5.105/13	2013
Espírito Santo	Lei nº 5.580/98	1998
Goiás	Lei nº 13.909/01	2001
Maranhão	Lei nº 9.860/2013	2013
Mato Grosso	Lei Complementar nº 50/98	1998
Mato Grosso do Sul	Lei complementar nº 087/2000	2000
Minas Gerais	Lei nº 18.975/10	2010
Pará	Lei nº 7.442/2010	2010
Paraíba	Lei nº 7.419/03	2003
Paraná	Lei Complementar nº 103/04	2004
Pernambuco	Lei nº 11.559/98	1998
Piauí	Lei Complementar nº 71/06	2006
Rio de Janeiro	Lei nº 1.614/90	1990
Rio Grande do Norte	Lei Complementar nº 322/06	2006
Rio Grande do Sul	Lei nº 6.672/74	1974
Rondônia	Lei Complementar nº 680/12	2012
Roraima	Lei nº 892/2013	2013
Santa Catarina	Lei Complementar nº 1.139/92	1992
São Paulo	Lei Complementar nº 444/85	1985
Sergipe	Lei Complementar nº 61/01	2001
Tocantins	Lei nº 2.859/14	2014

**Fonte:** Tabela produzida pelos próprios autores

Na tabela verifica-se que o Estatuto do Magistério mais antigo do Brasil pertence ao estado do Rio Grande do Sul e o plano de carreira mais recente dentre as unidades da federação é o do estado de Tocantins que foi promulgado em 2014.



Neste contexto e com base nas palavras-chave (Estatuto do Magistério, Educação Democrática, Valorização do Profissional do Educação e Melhoria da Qualidade do Ensino) foi feita a pesquisa bibliográfica que deu suporte para a concretização teórica deste estudo para a produção escrita dos eixos temáticos deste trabalho, evidenciado nas pesquisas realizadas sobre o Estatuto do Magistério e Planos de Carreira de diversas redes de ensino brasileiras.

## **Estatuto do Magistério: Fundamentos para uma educação democrática**

De acordo com a literatura somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988 que o sistema de educação brasileiro teve uma mudança significativa em relação aos planos de carreira no magistério público.

Trein e Gil (2015) fazem uma análise geral dos planos de carreira dos professores da Educação Básica pública dos estados brasileiros e suas respectivas capitais. Neste estudo é evidenciado o potencial impacto da legislação sobre a criação ou alteração de planos de carreira entre o período de 1996 e 2007 que intercala as promulgações da Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96) e do FUNDEF (Lei 9.424/96). Acerca da dos fundamentos legais para uma educação democrática, Marangoni (2018) destaca que:

A Constituição Federal e a LDBEN representam conquistas importantes, uma vez que, mesmo de forma genérica, apresentam a gestão democrática do ensino público. Embora não esgotem as possibilidades para concretização da gestão democrática, podemos considerá-las como instrumentos na definição de diretrizes que norteiam a escola na busca de novos rumos. Apesar das falhas e omissões, consideramos haver avanços nos textos legais no processo de democratização da gestão escolar (Marangoni, 2018, p. 13).

Aredes (2002) ressalta que as políticas públicas relacionadas às instâncias pró-democráticas de participação foram relevantes na constituição do Estatuto do Magistério Paulista, fazendo uma análise histórica dessas instâncias nas políticas das gestões dos governadores paulistas pós constituição. A autora identifica nestas administrações, propostas de descentralização e democratização da escola, marcado pela luta da redemocratização da sociedade. O Estatuto do Magistério Paulista foi referência no governo de Franco Montoro, dando um passo a mais para a valorização dos profissionais da educação e autonomia das escolas.

Conforme as produções acadêmicas estudadas, nota-se que a sociedade tem um papel muito relevante na parceria com a escola para que os programas e projetos de políticas públicas exitosos tenham uma continuidade. Para isso, escola e sociedade devem monitorar continuamente os governos que assumem, reassumem e encaminham seus mandatos. É neste viés que Leite (2017) comenta que

Estatuto do Magistério:

uma revisão da produção acadêmica acerca dos planos de carreira na educação pública brasileira durante a mudança de governos nas administrações públicas, os governos municipais devem resgatar, considerar e ter como referência o histórico do legado político-administrativo de Paulo Freire.

A contribuição democrática de Freire na gestão frente à Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989 – 1991) traz exemplos de atuação política de resistência, de construção de autonomia e a continuidade das práxis dialógico-libertadora. Franco (2015) retoma a gestão de Paulo Freire à frente da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo, realizando um estudo das propostas políticas para a construção de uma educação democrática.

Franco (2015) pontua que neste período, Freire reorganizou ações em prol de uma educação de qualidade, em que foram implementados quatro eixos para efetivação da melhoria da qualidade da educação: democratização da gestão, acesso e permanência, qualidade da educação e Educação de Jovens e Adultos.

Dutra (2015) reafirma as considerações de Leite (2017), apresentando um estudo em que entrevistou por meio de relatos autobiográficos alguns professores da rede municipal de ensino de São Paulo que trabalharam durante o período de Paulo Freire. Ele entende que Freire promoveu programas de alfabetização de adultos, a construção de uma escola popular e democrática e a conquista de direitos para os educadores como a criação do Estatuto do Magistério.

Além do estado e da capital paulista, na revisão bibliográfica foram encontrados estudos realizados em outras cidades paulistas, como a pesquisa de Thomazini (2016), que propôs analisar estatutos e planos de carreira do magistério da rede estadual de São Paulo e de quatro municípios paulistas: Águas de São Pedro, São Caetano do Sul, Barra do Turvo e Natividade da Serra.

Jesus (2018) estuda as percepções dos docentes e especialistas da educação da rede municipal de Santos (SP), sobre como a organização da carreira e da rede de ensino no magistério municipal repercute sobre o trabalho que esses profissionais realizam, constatando que existe uma cultura que estabelece diferentes graus de importância entre os profissionais do magistério santista, pois por mais que todos os docentes realizam atividades idênticas, a nomenclatura dos cargos e funções resultam em um significativo processo de hierarquização e distinção.

Gatti e Barretto (2009) acerca dos planos de carreira implementados pelos Estatutos do Magistério pelo Brasil, destacam que:

Sobre essas questões nos defrontamos com legislações, fontes de recursos e orçamentos muito diferentes. Há no país 5.561 municípios, 26 estados e um Distrito Federal, cada qual com seus sistemas de ensino e regulamentações próprias. A situação é bastante heterogênea e complexa nos aspectos referentes à carreira e salário de professores, entre estados e entre municípios (conforme região, características da população, sistema produtivo regional e local, capacidade financeira própria, repasses federais 238 ou estaduais, tradições políticas e culturais etc.). Na estrutura de carreira no setor público há diferenciação entre cargos e funções, com implicações quanto às formas de preenchimento de vagas e salários, o que se reflete em opções diversificadas em cada instância governamental no que se refere à incorporação de professores ao sistema e na progressão funcional (Gatti e Barretto, 2009, p. 237).

Machado (2015) que analisa a política de carreira para o magistério público no Brasil, sobretudo nas etapas de produção dos textos normativos de âmbito federal e local, a partir dos elementos constitutivos dessa carreira e de sua relação com o potencial de financiamento educacional no âmbito de quinze municípios do Estado de Goiás.

Vieira (2002) destaca a relação Estado-sociedade na luta pela formulação dos planos de carreira no movimento dos professores para a efetivação da gestão democrática no município de Petrolina (PE), por meio das ocorrências e decorrências do processo de elaboração, discussão e aprovação do estatuto do magistério municipal.

A rede pública estadual do Ceará é analisada por Figueiredo (2014), estudo que teve como foco as condições de trabalho docente, destacando a carreira e o salário dos professores num contexto de reestruturação pedagógica e precarização do magistério. A precarização tem responsabilizado os professores pela qualidade efetiva na educação, terminando por intensificar a sua área de atuação, gerando desgastes e insatisfação na prática do magistério.

Gouveia e colaboradores (2011) reiteram que os planos de carreira são instrumentos normativos que viabilizam uma educação pautada na gestão democrática e reconhecimento dos profissionais da educação, com forte impacto sobre as condições de trabalho docente.

A qualidade nas condições da oferta educacional está vinculada a fatores centrais da realidade dos profissionais da educação, sendo que a qualificação, a estabilidade, a valorização salarial, a carreira docente, a jornada de trabalho não-exaustiva e a experiência docente são fatores que se constituem em requisitos indispensáveis para a construção da motivação dos profissionais da educação e que favorecem [...] a oferta da educação básica pública com qualidade (Gouveia et al, 2011, p. 274).

Observa-se, nesta revisão bibliográfica, que não basta na letra da lei encontrarmos a expressão e proposição “gestão democrática”, pois as políticas públicas para a valorização dos profissionais do

uma revisão da produção acadêmica acerca dos planos de carreira na educação pública brasileira magistério e da educação precisam se concretizar, de fato, em ações democráticas na elaboração e implementação dessas políticas públicas no campo educacional.

## **Estatuto do Magistério: Valorização dos profissionais da educação**

Neste eixo, concentram-se os estudos que tratam da questão da valorização dos profissionais da educação. A revisão bibliográfica constata que o pessoal do magistério é, especificamente, o foco das políticas públicas em educação. Os outros profissionais do apoio escolar não são público-alvo das pesquisas e estudos na área da implementação de políticas públicas para elaboração planos de carreira e valorização profissional.

Na perspectiva do eixo sobre a valorização dos profissionais da educação, Campos (1990) faz um percurso histórico da precariedade da área educacional dos tempos do Império ao período da Primeira República, destacando a formação dos docentes por meio de inúmeras leis que proporcionaram “reformas” com tendências inconsequentes, além do Estatuto especial da Escola Normal da Capital (a “Escola da Praça”), que centralizou seu projeto nas demandas do prosseguimento dos estudos em detrimento à formação e valorização docente.

Cação (2001) elabora seu estudo por meio da investigação sobre a constituição da jornada de trabalho do professorado paulista com o objetivo de demonstrar como ocorreu o processo de construção histórica da organização do trabalho docente valorizado pelas conquistas obtidas junto à atuação das entidades representativas do magistério paulista, desde as primeiras formulações legais do plano de carreira do magistério em 1985.

Gurgel (2006) analisa o exame da carreira docente e a remuneração frente às reformas educacionais da rede estadual paulista, comparando com as matrizes remuneratórias em âmbito nacional.

No estado do Pará, Gutierrez (2011) examina a carreira do magistério público do município de Belém, pesquisando indícios de valorização profissional no magistério. Ela considera que a remuneração dos professores repercute na valorização profissional dos servidores da educação e funciona como estímulo para o exercício da docência.

Gemaque (2012) analisa o plano de carreira dos professores do Estatuto do Magistério Público Estadual do Pará, identificando aspectos tais como: formas de ingresso, amplitude e movimentação na carreira. Por meio da configuração da carreira, investigou sobre atratividade na carreira, progressão e incentivos à formação docente.

Rodriguez (2012) analisa o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração e o Estatuto do Magistério do Estado de Mato Grosso do Sul, no contexto da reforma do Estado brasileiro, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Fundef e o Fundeb.

Arelaro (2014) analisa as formas de ingresso, composição da jornada de trabalho, progressão na carreira e a composição da remuneração do plano de carreira dos profissionais do ensino da rede municipal de São Paulo. Ela comenta que o piso salarial da cidade paulistana é superior ao nacional, embora o município tenha pujança econômica também possui um dos maiores custos de vida do país.

Souza (2019) investiga o processo de elaboração e implementação do estatuto e plano de carreira do magistério do município de Suzano, buscando conhecer como as políticas públicas de valorização do magistério em âmbito nacional se fazem presentes nas políticas locais.

A pesquisadora Guimarães (2018) faz uma análise sobre o processo de reestruturação da carreira e das condições de trabalho do magistério público do município de Campinas, entre 2001-e 2004. O estudo revela que os governo antecedentes caracterizaram pela desvalorização docente e pela incoerência das proposições do Estatuto do Magistério Público de Campinas em consonância com as legislações federais.

Camargo (2014) investiga o Estatuto e a remuneração do magistério público municipal de São Paulo, centralizando seu estudo na forma de ingresso, jornada de trabalho, movimentação na carreira, dispersão salarial e composição da remuneração.

Lança (2014) pesquisa a carreira do magistério público com base no Plano de Carreira das redes estaduais do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, de suas respectivas capitais: Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis. O autor analisa as condições legais dos profissionais do magistério público. São destacados aspectos como: histórico dos planos de carreira, caracterizações dos profissionais do magistério, composição e organização das carreiras e jornada de trabalho.

Nascimento et al (2014) analisam o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) do magistério público estadual de São Paulo, com foco na remuneração de professores da educação básica. Os pesquisadores concluem que a rede paulista de ensino precisa de muitos ajustes e uma valorização contundente da carreira do magistério, principalmente diante dos descasos governamentais. Sugerem que a classe docente precisa seguir reivindicando coletivamente para conquistar a valorização dos profissionais da educação.

Grochoska (2015) trata de investigar a questão da valorização dos professores da educação básica por meio do estudo da carreira dos professores do município de São José dos Pinhais (PR). O estudo busca compreender como as carreiras municipais são elaboradas e concretizadas e se

Estatuto do Magistério:

uma revisão da produção acadêmica acerca dos planos de carreira na educação pública brasileira promovem as condições para que a valorização do professor seja efetivada. Conclui que a valorização docente implica a qualidade da educação e a qualidade de vida dos profissionais da educação.

Valle (2016) faz um estudo sobre as dimensões do processo de democratização da educação no Estado de Santa Catarina, por meio dos estatutos do magistério entre os anos de 1960 e 1975. A pesquisadora trata a identidade profissional como uma ordem moral caracterizada em três categorias: os requisitos para ingresso na carreira, as regras de permanência no magistério e as sanções disciplinares.

Contribuindo com o eixo valorização docente, Pauli (2017) analisa a gestão pública dos recursos do Fundeb e sua influência nas políticas de valorização dos profissionais do magistério na cidade de São Mateus/ES. A pesquisa verifica como o Fundeb contribui para implementar políticas de valorização e como são destinados à oferta de matrículas na rede municipal.

Flores (2018) analisa a luta pela elaboração do primeiro Estatuto do Magistério do estado gaúcho sob o olhar e o discurso de Suely de Oliveira que, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo de deputada, reivindicou a profissionalização do magistério com base na compreensão da docência como ação vocacionada e a valorização da educação em geral.

Ribeiro Junior (2018) investiga a importância da implementação de políticas públicas de valorização do magistério público municipal de Nazaré - Bahia, por meio do Plano de Carreira e o Estatuto do Magistério. Verifica-se que com a instituição do plano de carreira, os professores passaram a ter melhores condições de trabalho, impactando positivamente nos índices de desenvolvimento da educação do município.

As perspectivas de valorização do profissional da educação em decorrência da implementação dos planos de carreira remetem à “Recomendação da OIT/UNESCO relativa ao Estatuto dos Professores”. Este documento retrata um dispositivo imprescindível para estruturar a profissão docente em âmbito internacional, na medida em que tais recomendações propostas contribuíram para que diversas nações direcionassem suas legislações na área educacional para a valorização dos professores e demais profissionais da educação. Sobre as recomendações, Gemaque et al (2012) afirmam que:

Em síntese, esse documento forneceu subsídios importantes para a definição de indicadores de “valorização docente” que deveriam orientar a elaboração das políticas para o setor, quais sejam: “preparação para a profissão docente e aperfeiçoamento dos professores” (formação inicial e continuada); “emprego e carreira profissional e direitos e deveres dos professores” (acesso e progressão na carreira); “condições favoráveis para um processo eficaz de ensino-aprendizagem” (condições de trabalho docente); e “remuneração dos professores” (vencimento-base e remuneração) (Gemaque et al, 2012, p. 233).

A valorização dos profissionais da educação é temática discutida desde a década de 1960 e ganhou força com a redemocratização da sociedade e da educação a partir dos anos 1980. É notório que o reconhecimento dos servidores da educação e melhores condições de trabalho influenciam na melhoria da qualidade de ensino, não como um determinante, mas como um fator ou uma variável que contribui com essa melhoria no campo educacional.

Diante do exposto, a valorização do magistério articulada à melhoria da qualidade da educação escolar requer uma carreira que considere elementos fundamentais numa área cujas especificidades desabonam o uso da visão gerencialista para, pretensamente, solucionar os críticos problemas educacional (Grupo Escola Pública e Democracia; Rede Escola Pública e Universidade, 2023, p.19).

Assim, pode-se inferir que o eixo Valorização do Profissional da Educação tem como variável afirmativa da consequente Melhoria da Qualidade do Ensino que se concretiza no eixo subsequente.

## **Estatuto do Magistério: Melhoria da Qualidade do Ensino**

Neste eixo temático, organizam-se os estudos e pesquisas que articulam educação democrática, valorização dos profissionais da educação e a efetivação da melhoria da qualidade do ensino, enfatizando-se a participação de todos os atores escolares na proposição da implementação de políticas públicas em educação. Teixeira e Nunes (2016) acerca da relação entre os planos de carreira e a melhoria da qualidade do ensino, destacam que:

A valorização do magistério público foi reconhecida como importante condição para a melhoria da qualidade da educação brasileira no texto da Constituição Federal de 1988, ao apontar no seu artigo 206, inciso V, a necessidade urgente de se estruturar o ensino com base em alguns princípios que deverão ser incorporados ao estatuto do magistério de modo a proporcionar condições dignas e de melhor remuneração profissional com vistas a reverter o processo social de desvalorização do professor (Teixeira e Nunes, 2016, p. 255).



uma revisão da produção acadêmica acerca dos planos de carreira na educação pública brasileira

Grochoska (2015) ressalta que “a discussão sobre a valorização tem se consolidado nas últimas décadas, em especial por se tratar de um princípio constitucional que tem como objetivo a qualidade da educação” (GROCHOSKA, 2015, p. 8).

Em consonância com o pensamento de Grochoska (2015), a pesquisadora Okrent (1998) analisa as políticas educacionais implantadas na gestão da prefeita da cidade de São Paulo, Luíza Erundina de Sousa (1989- 1992), constatando que a qualidade do ensino só tem êxito e é melhorada em escolas em que as decisões são compartilhadas e todos os envolvidos conhecem e refletem sobre os resultados obtidos com as ações educativas.

Silva (2009) faz uma avaliação da política educacional instituída pelo primeiro governo do Partido dos Trabalhadores no município de São Carlos (SP), entre 2001 e 2004, e destaca que, embora a educação brasileira tenha garantido a universalização do acesso ao ensino fundamental, ainda permanece o desafio da qualidade do ensino na escola pública municipal; o que não foi efetivado integralmente.

Pimentel (2009) apresenta uma discussão sobre os critérios para progressão nos planos de carreira docente do município de Barreiras (BA), destacando temas como o papel e formação do professor, relação professor e rendimento dos discentes. Conclui que os planos de carreira são concretizados mediante aspirações, desejos e propostas que devem valorizar a melhoria da qualidade do ensino.

Rocha (2009) analisa as políticas de valorização do magistério da cidade de Belo Horizonte (MG), entre os anos de 1993 a 2007. São temas abordados: condições de trabalho, jornada docente e plano de carreira. Conclui-se que as políticas públicas de valorização do magistério, carreira e condições de trabalho estão historicamente associadas à problemática da qualidade do ensino.

Sales (2012) analisa o impacto e a adequação da Lei do Piso no Plano de Carreira do Magistério Público do Município de Teresina (Piauí). Observa-se que apesar das várias discussões sobre Salário e Planos de Carreira, o município não cumpre com o Piso Nacional.

Bertotti (2013) entende que a existência de preceitos neoliberais e a proliferação de cursos de formação a distância dissocia a teoria e prática pedagógica, impossibilitando a qualidade da educação e impedindo que os países obtenham êxito em alcançar os padrões mínimos para valorizar a profissão e a formação docente.



Brito (2013) faz uma relação entre a valorização do profissional da educação com a melhoria da qualidade do ensino mediante a implementação de políticas públicas contempladas nas legislações educacionais visando condições de trabalho satisfatórias:

Para que seja alcançada a Meta 18.1 do Plano Nacional de Educação, seria necessária a institucionalização de uma Política Nacional de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação, garantindo o cumprimento da Constituição Federal de 1988, da Lei n. 9.394/96 (LDBEN) e das legislações conexas com direito à carreira, salários dignos e satisfatórias condições de trabalho (Brito, 2013, p. 1264).

Paludeto (2014) analisa como as concepções do Partido dos Trabalhadores configuraram-se enquanto políticas nos aspectos específicos que englobaram as discussões sobre a educação, a luta pela democracia, a qualidade de ensino, a valorização do profissional do magistério, a democratização da gestão escolar, a gestão participativa, a eleição direta e secreta para dirigentes das instituições de ensino e a criação dos colegiados escolares sendo seus membros eleitos pela comunidade escolar. Também destaca a elaboração do primeiro Estatuto do Magistério Municipal aprovado na cidade de São Paulo.

Simões (2014) investiga o Plano de Carreira do município de Diadema focando na relação entre a opinião do magistério, do sindicato e da Secretaria de Educação em relação à qualidade da educação. A pesquisa mostra que existe uma correspondência entre vozes docentes e o discurso institucional quando se referem à qualidade da educação e em relação a alguns aspectos do Estatuto do Magistério, como a remuneração e evolução funcional, mas não há correspondência quando se trata das percepções dos profissionais da educação sobre a qualidade da educação.

Nascimento (2019) teve como objeto de estudo as carreiras docentes das professoras de creches das redes municipais das vinte e sete capitais brasileiras, em que analisou os planos de carreira e os Estatutos do Magistério com o objetivo de identificar as condições do trabalho nas creches. A análise foi organizada em três categorias: formação e ingresso, condições de trabalho e remuneração. Nesse estudo, constata-se que as condições de trabalho docente estão relacionadas à melhoria da qualidade do ensino.

Manarin (2020) analisa o movimento sindicalista dos docentes da educação básica da rede pública do Estado Paraná, nas décadas de 1960 e 1970, para compreender como os professores se organizaram para reivindicar seus direitos, reajuste salarial e a aprovação do Estatuto do Magistério. O tema da dissertação de Manarin (2020) merece destaque "Combati um bom combate, acabei a carreira e guardei a fé", o autor esclarece que:

Estatuto do Magistério:  
uma revisão da produção acadêmica acerca dos planos de carreira na educação pública brasileira Sintetiza e ao mesmo tempo contempla muitas das experiências das professoras e dos professores do Paraná, que contribuíram para a expansão do ensino público, mantendo como bandeira de luta um ensino laico, de qualidade, uma escola democrática para todos e todas (Manarin, 2020, p. 221).

Em concordância com Manarin (2020), Gouveia et al (2006) afirmam que os planos de carreira dispostos nos Estatuto do Magistério são fatores imprescindíveis para a valorização dos profissionais da educação e seu consequente indício como elemento variável na melhoria da qualidade da educação.

A qualidade nas condições da oferta educacional está vinculada a fatores centrais da realidade dos profissionais da educação, sendo que a qualificação, a estabilidade, a valorização salarial, a carreira docente, a jornada de trabalho não-exaustiva e a experiência docente são fatores que se constituem em requisitos indispensáveis para a construção da motivação dos profissionais da educação e que favorecem [...] a oferta da educação básica pública com qualidade (Gouveia et al, 2006, p. 274).

Em síntese, o excerto de Gouveia (2006) configura a articulação dos três eixos propostos neste artigo, exemplificando que quando a educação tem como fundamento um espaço de construção democrática, os profissionais da educação são reconhecidos e valorizados, propiciando e fomentando uma variável da contribuição para a melhoria na qualidade do ensino que se expressa e concretiza por meio do Estatuto do Magistério, que é o documento legal que estrutura toda a carreira dos servidores da educação básica e pública.

## **Considerações finais**

O percurso metodológico deste estudo foi realizado mediante a revisão literária e documental da temática acerca do Estatuto do Magistério. Essa pesquisa mostra, por meio da análise da estrutura e organização dos planos de carreira do magistério, como seus elementos constitutivos estão relacionados com a vida funcional dos profissionais do magistério e quais suas consequências na implementação das políticas públicas em educação.

A partir da análise dos Estatutos do Magistério, pode-se compreender que para que a educação se torne democrática, estes documentos legais quando elaborados e implementados refletem um conjunto de leis. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu os princípios fundamentais para a educação no Brasil, sendo complementada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (L.D.B.N. – Lei nº 9.394/1996), que regulamenta o ensino em todos os níveis. Para garantir o financiamento educacional foram criados o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef – Lei nº 9.424/1996), posteriormente

substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb – Lei nº 14.113/2020).

Além disso, a valorização dos professores foi reforçada pela Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (P.S.P.N. – Lei nº 11.738/2008). No planejamento estratégico da educação, destaca-se o Plano Nacional de Educação (P.N.E. – Lei nº 13.005/2014), que estabelece metas para o desenvolvimento educacional no país. Esse conjunto de referências legais apresentam decorrentes propostas de educação democrática para que a valorização dos profissionais da educação seja de fato efetivada.

Aponta-se que este estudo considerou que os diferentes contextos de construção da política para a carreira do magistério público da educação básica no Brasil, estados e municípios têm um grande potencial para a valorização e consequente melhoria na qualidade da educação.

Constata-se, por meio dos trabalhos analisados, que o panorama das possibilidades legais de movimentação capital para projetos e programas de valorização das carreiras dos profissionais da educação é possível se os governos tiverem como meta a implementação de políticas públicas que visem de fato a melhoria da qualidade da educação. Também é evidente que os estados e as prefeituras poderiam aplicar as proposições previstas na legislação nacional, nos seus planos de carreira, especialmente em relação à valorização dos profissionais da educação para a concretização de melhores condições de trabalho.

Desse modo, verifica-se que o Estatuto do Magistério é uma temática como poucas referências bibliográficas, pois todos os materiais pesquisados na revisão literária têm como tema de investigação o Estatuto do Magistério das redes de ensino específicas, mas ao se aprofundar no conteúdo, nota-se que o foco das pesquisas está concentrado na discussão de temas como: avaliação educacional, currículo, financiamento da educação, formação docente, remuneração e valorização docente.

Reitera-se, assim, que o tema “Estatuto do Magistério” é imprescindível e carece de mais estudos que abordam a temática em questão para ampliar dados teóricos mais detalhados e despertar o interesse de outros pesquisadores para a produção científica.

Por fim, ressalta-se que esta pesquisa não esgota a possibilidade de se elaborar outros estudos sobre a temática dos Estatutos do Magistério e Planos de Carreira dos profissionais da educação básica pública e busca-se que este artigo possa contribuir na investigação de novas indagações acerca da elaboração de novas formas de repensar na constituição dos planos de carreira para a consequente valorização dos futuros profissionais da educação mediante a elaboração e implementação de

Estatuto do Magistério:  
uma revisão da produção acadêmica acerca dos planos de carreira na educação pública brasileira  
políticas públicas condizentes com uma educação calcada nos fundamentos da gestão democrática e  
na melhoria da qualidade do ensino.

## Referências

AREDES, Alaíde Pereira Japacanga. As políticas públicas que originaram as instâncias pró-democráticas de participação no estado de São Paulo. **Revista ORG & DEMO** (Marília), n. 3, p. 77-88, 2002.

ARELARO, Lisete Regina Gomes; JACOMINI, Márcia Aparecida; SOUZA, Nilson Alves de; SANTOS, Kátia Aparecida. Condições do trabalho docente: uma análise da carreira na rede municipal de ensino de São Paulo. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.** (online), Brasília, v. 95, n. 239, p. 197-217, jan./abr. 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** / Laurence Bardin; tradução Luis Antero Reto; Augusto Pinheiro – São Paulo: Edições 70, 2016.

BERTOTTI, Rudimar Gomes RIETOW, Gisele. **Uma breve história da formação docente no Brasil: da criação das escolas normais as transformações da ditadura civil-militar**. PUC-PR: Curitiba, 2013.

CAÇÃO, Maria Izaura. Recuperando a memória: organização do trabalho do magistério público estadual paulista - 1933-1990. **Revista ORG & DEMO**, n.2, 2001.

CAMARGO, Rubens Barbosa de; MINHOTO, Maria Angélica Pedra; JACOMINI, Márcia Aparecida. Carreira e remuneração do magistério no município de São Paulo: análise legislativa em perspectiva histórica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n.126, p. 215-235, jan.-mar. 2014.

CAMPOS, Maria Christina S. Souza. Formação do magistério em São Paulo: do Império a 1930 / PUC-SP. **Cad. Pesq.**, São Paulo (72): 5-16, fevereiro 1990.

DUTRA, André de Freitas. **Memórias de educadoras sobre a gestão de Paulo Freire na Secretaria de Educação de São Paulo: SME-SP**. São Paulo, 2015.

FIGUEIREDO, Ana Hérica Brasil. **Trabalho docente: condições de trabalho, carreira e salário do magistério da Rede Pública Estadual do Ceará**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2014.

FLORES, Taís Pereira. **A (des)valorização do magistério: uma análise sobre a profissionalização e a valorização do magistério a partir do estatuto do magistério público do Rio Grande do Sul de 1954 e da experiência da deputada Suely de Oliveira** / Taís Pereira Flores. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FRANCO, D. de S. A gestão de Paulo Freire à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989 – 1991) e suas consequências. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 25, n. 3, p. 103–121, 2015.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil: impasses e desafios** / Coordenado por Bernadete Angelina Gatti e Elba Siqueira de Sá Barreto. – Brasília: UNESCO, 2009

GEMAQUE, R. M. O., de Carvalho, F. A. F., & Mendes, D. C. de B. (2012). A configuração da carreira do magistério público do estado do Pará a partir do Estatuto do Magistério. **Educação Em Foco**, 15(19), 229–256.

GOUVEIA, A. B.; DA CRUZ, R. E.; DE OLIVEIRA, J. F.; DE CAMARGO, R. B. Condições de trabalho docente, ensino de qualidade e custo-aluno-ano. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 22, n. 2, 2011. DOI: 10.21573/vol22n22006.18883. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/18883> Acesso em: 10 mai. 2023

GROCHOSKA, Marcia Andreia. **Políticas educacionais e a valorização do professor: carreira e qualidade de vida dos professores de educação básica do município de São José dos Pinhais/PR**. Marcia Andreia Grochoska - Curitiba, 2015. 269 f.

GRUPO ESCOLA PÚBLICA E DEMOCRACIA; REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE. Para valorizar o magistério paulista é preciso corrigir as distorções da carreira antiga. Não à Nova Carreira! [Nota Técnica]. São Paulo: GEPUD/REPU, 12 jun. 2023. Disponível em: <http://www.gepud.com.br/declaracoes.html> e [www.repu.com.br/notas-tecnicas](http://www.repu.com.br/notas-tecnicas)

GUIMARÃES, Ana Paula Kacenelenbogen. **Profissionais da educação e gestão pública no processo de reestruturação da carreira do magistério público: o caso da prefeitura municipal de Campinas (2001-2004)**. Ana P. K. Guimarães. – Guarulhos, 2018.

GURGEL, Rogério Fernandes. **Desvalorização do magistério potiguar: mapeando restrições na carreira e remuneração dos professores da educação básica**. Rogério Fernandes Gurgel. – João Pessoa, 2006.

GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães; GEMAQUE, Rosana Maria Oliveira; LUZ, Silvia Letícia D'Oliveira da. A carreira dos profissionais do magistério do sistema municipal de educação de Belém (PA): o dito e o feito. **Jornal de Políticas Educacionais**. N° 10: Agosto-Dezembro de 2011, PP. 46–56.

JESUS, Fernando De. **Trabalho Docente Valorização Profissional: A Carreira Do Magistério Na Perspectiva Dos Profissionais Da Educação No Município De Santos (SP)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Paulo - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2018.

LANÇA, Victória. **Carreiras do magistério e público: uma análise comparativa entre as redes de educação da região sul**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. 43 páginas. Trabalho de conclusão de curso, Licenciatura em Pedagogia, Porto Alegre, 2014.

LEITE, Maria Nilda de Teixeira; SILVA, Maria Filomena de Freitas e SILVA, Antônio Fernando Gouvêa da. **Paulo Freire: a gestão colegiada na práxis pedagógico-administrativa**. Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria Municipal de Educação. Gestão Colegiada: uma aula de cidadania, 1992. 2017.

Estatuto do Magistério:

uma revisão da produção acadêmica acerca dos planos de carreira na educação pública brasileira

MACHADO, Jarbas de Paula. **Carreira do magistério em municípios de Goiás e o potencial de financiamento educacional local** / Jarbas de Paula Machado. - 2015. 371 f.

MANARIN, Odirlei. **"Combati um bom combate, acabei a carreira e guardei a fé": O movimento associativista do magistério paranaense (1960 / 1970)** / Odirlei Manarin; orientador(a), Antônio de Pádua Bosi, 2020. 229 f. Tese (doutorado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Programa de PósGraduação em História, 2020.

MARANGONI, Ricardo Alexandre. Gestão democrática: a busca pela implantação na escola pública. **Revista Administração Educacional** – DAEPE- CE - UFPE Recife-PE, V.9 N.1 p. 05-22, jan/jun. 2018

MOMMA-BARDELA, Adriana M.; PASSONE, Eric Ferdinando Kanai. Políticas públicas de educação infantil e o direito à educação. **Laplage em Revista** (Sorocaba), vol.1, n.1, jan.-abr. 2015, p.17-35

NASCIMENTO, Ana Paula Santiago do; MEDINA, Renata Rodrigues de Amorim; CAMARGO, Rubens Barbosa de. Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Estadual de São Paulo em 2010: descrição e análises preliminares. **Fineduca – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v.4, n.10, 2014.

NASCIMENTO, Ana Paula Santiago do. **Carreira docente nas creches das redes públicas das capitais brasileiras** / Ana Paula Santiago do NASCIMENTO; orientador Rubens Barbosa de CAMARGO. -- São Paulo, 2019. 373p. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação Estado, Sociedade e Educação) -- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2019.

OKRENT, Krystyna. **O Papel da Educação na Construção da Cidadania: Políticas Municipais de Educação em São Paulo na Gestão Luíza Erundina de Sousa - 1989-1992**. São Paulo, FGV, 1998, 123p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV, Área de Concentração: Administração e Política Urbana).

PALUDETO, M. C., & Torres, J. C. (2015). A política educacional do PT na Prefeitura Municipal de São Paulo (1989-1992): formulação e institucionalização. **Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação**, v. 30, n. 2, p. 435-451 mai./ago. 2014.

PAULI, Zenilza Aparecida Barros. **Políticas de financiamento da educação básica: a valorização dos profissionais do magistério na rede municipal de ensino de São Mateus/ES** / Zenilza Aparecida Barros Pauli. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo. São Mateus, 2017.

PIMENTEL, Gabriela Sousa Rêgo; PALAZZO, Janete; OLIVEIRA, Zenaide dos Reis Borges Balsanulfo de. Os planos de carreira premiam os melhores professores? **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 63, p. 355-380, abr./jun. 2009.

RIBEIRO Jr, Natan Carvalho. **A implementação das políticas públicas de valorização do profissional em Educação, após a implantação do plano de carreira e Estatuto do Magistério em Nazaré – Bahia**. 43 fls.: il. color. Monografia (especialização) - Instituto de Educação a Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2018.



ROCHA, Maria da Consolação. **Políticas de valorização do magistério: remuneração, plano de carreira, condições de trabalho - uma análise da experiência de Belo Horizonte**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RODRIGUEZ, M. V., Fernandes, M. D. E., & Simões, C. H. (2012). Planos de cargos, carreira e remuneração do magistério sul mato-grossense (1979-2010): primeiras aproximações. **Educação Em Foco**, 15(19), 33–55.

SALES, Luís Carlos. Piso salarial nacional no plano de carreira do magistério público do município de Teresina. **Revista UEMG**, Ano 15 - n. 19 - junho 2012 - p. 257-273.

SILVA, Ana Paula Rodrigues da. **A política educacional do primeiro governo petista de São Carlos (2001 – 2004)** / Ana Paula Rodrigues da Silva. – São Carlos: UFScar, 2009. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, 2009.

SIMÕES, Jacqueline de Souza. **Vozes docentes: o estatuto do magistério municipal de Diadema (SP) e a qualidade da educação** / Jacqueline de Souza Simões. – São Paulo: s.n., 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2014.

SOUZA, Ingrid Costa Ribeiro. **Plano de carreira do magistério de Suzano: análise do processo de elaboração e implementação da lei complementar nº 190/2010 e da lei municipal nº 4.392/2010. 2019** / Ingrid Costa Ribeiro Souza. – Guarulhos, 2019 245 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2019.

TEIXEIRA, Eliara Cristina Nogueira da Silva; NUNES, Cláudio Pinto. O piso salarial como insumo da valorização docente nos governos de FHC e Lula: da política de fundos à Lei do Piso. **Práxis Educacional**. Vitória da Conquista: v. 12, n. 23 p. 251-270. set./dez. 2016.

THOMAZINI, Leandro. **Carreira e vencimento de professores da educação básica no Estado de São Paulo**. – Guarulhos 2016 246 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2016.

TREIN, Laura Dexheimer; GIL, Juca. Mapa dos planos de carreira docente no Brasil. **Fineduca – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, 2015.

VALLE, Ione Ribeiro; BESEN, Danielly Samara; SATO, Silvana Rodrigues de Souza. O (re)nascimento de um corpo professoral: os estatutos do magistério público do Estado de Santa Catarina de 1960 e 1975. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 34, n. 1, p. 173-188, jan./abr. 2016.

VIEIRA, Josenilton Nunes. **Professores em movimento: a luta pela definição do estatuto e plano de carreira do magistério em Petrolina – PE**. – Salvador, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, 2002.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Estatuto do Magistério:  
uma revisão da produção acadêmica acerca dos planos de carreira na educação pública brasileira

Recebido em: 20/10/2023  
Aprovado em: 26/02/2025